

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1980

Me. Terezinha de Jesus Maia Lima; Ana Patrícia Lima Santos; Mara Teresa Vargas Otero; Leonardo Mendes Bezerra.

Universidade Estadual do Maranhão – www.uema.br

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas considerações sobre as políticas macroeconômicas do sistema neoliberalista propostas pelos órgãos internacionais, que tiveram grandes influências nas reformas educacionais do Brasil, marcadamente a partir dos anos 80, consequência do processo da globalização. O objetivo deste artigo é analisar inicialmente a evolução das políticas educacionais para a educação de jovens e adultos, priorizando o balanço da conjuntura atual. A coleta do material deu-se por meio de pesquisa bibliográfica na perspectiva pós-modernista, com uma abordagem humanística, fundamentada em estudos de autores desta linha de pesquisa, de modo bibliográfico, documental com abordagem qualitativa. Como resultados, pontuam-se alguns destaques do projeto do Banco Mundial para os países em desenvolvimentos e a influência destes projetos na implantação da reforma educacional no mandato de presidente Fernando Henrique Cardoso, que culminou na aprovação da lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Apresenta-se uma evolução da política específica da educação de jovens e adultos no Brasil, com maior enfoque nos últimos anos. Aborda-se ainda a experiência do PROEJA, (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), referencial da evolução da educação de jovens e adultos, que vem somar com as mudanças ocorridas nesse novo momento em que as sociedades caminham em busca do conhecimento, fazendo com que a educação seja continuada, presente na vida de cada indivíduo.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Educação de Jovens e Adultos, Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem considerada como um processo contínuo possibilita aos seres humanos a busca de novos conhecimentos para a satisfação de suas necessidades. Nessa busca contínua de conhecimento, a aprendizagem pode ser adquirida por meio da educação informal ou formal. É na escola que o educando adquire habilidades e competências, não só se deve escrever ou ler, mas também formar potencialidades, num processo contínuo de aprendizagem. Neste contexto, também se encontra a educação de jovens e adultos. Dito de outro modo, na busca por novos conhecimentos a aprendizagem não cessa em um banco de uma escola, ao contrário, continua ao longo de toda a existência da vida do ser humano.

Com este acelerado processo de mudanças ocasionadas por um novo modelo da economia mundial no contexto neoliberal das inovações tecnológicas evidencia-se a sociedade da aprendizagem, da competitividade, do individualismo e do poder. Diante disto,

faz-se necessário um novo redirecionamento do papel social da educação no sentido de formar o homem crítico, criativo e reflexivo para acompanhar todo esse processo de mudanças da sociedade. Neste sentido, a educação passa ser vista como um processo de aprendizagem contínua. Conforme a Declaração de Hamburgo (1999) “Educação é todo processo de aprendizagem formal e informal onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais direcionando-as para satisfação de suas necessidades e as da sociedade” (CONFINTEA 1999, p. 19).

No Brasil, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/ 96, dentre as modalidades de ensino, destaca-se a educação de jovens e adultos que no artigo 37 da LDB revogado pela lei nº 13.632 de 2018, informa que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”.

Na prática, o acesso à educação como direito de todos, em relação aos jovens e adultos no Brasil ainda é preocupante, pois segundo os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a taxa de analfabetismo representa 7,2% da população de 15 anos ou mais de idade de pessoas que não sabem ler e escrever um simples bilhete.

Neste sentido, o artigo ressalta a influência dos órgãos internacionais nas reformas educacionais após o processo de redemocratização nos países da América Latina inclusive o Brasil. Destaca-se a educação de jovens e adultos objetivando analisar inicialmente a evolução das políticas educacionais para a educação de jovens e adultos, priorizando o balanço da conjuntura atual.

METODOLOGIA

Para a fundamentação teórica utilizou-se a literatura pertinente à temática. A coleta do material deu-se por meio de pesquisa bibliográfica (artigos científicos, livros, conferências internacionais e a legislação pertinente desta modalidade de ensino). Portanto, esta pesquisa é de cunho bibliográfico, documental e qualitativa. Para a análise dos dados utilizou-se o conteúdo como material a ser investigado. Conforme Bezerra e Silva (2018) a análise consistiu em 4 etapas: leitura seletiva, recorte das informações mais importantes, percepções analíticas e elaboração das categorias analíticas, que posteriormente sejam discutidas à luz teórica das políticas educacionais.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Não existe apenas uma única definição sobre políticas públicas, como é relatado por Sousa (2003). Diante disso, destaca-se que a palavra “política” teve origem na Grécia onde as cidades eram organizadas em cidades-estado denominadas “polis”. Dessa denominação derivaram as palavras “politiké” que significa política em geral e “politickós” que equivale aquilo que pertence aos cidadãos, ou seja, aquilo que é público. Por volta de 1265, a política, ficou definida como ciência dos Estados (BOBBIO et al., 2002).

Nos estudos de Mead (1995), as políticas públicas são definidas como um campo dentro do estudo da política que tem como objetivo analisar o governo a respeito das macro questões públicas. Também é estabelecido por Lynn (1980) que as políticas públicas podem ser compreendidas enquanto um conjunto peculiar de ações governamentais que irão causar efeitos específicos. Políticas públicas são “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (PETERNS apud SOUSA, 2003, p. 12). Por sua vez, Azevedo (2003) apud Oliveira; Pizzio e França (2010, p. 20) definem que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de das omissões ocultas.” Diante disso, entendem-se como políticas públicas as reivindicações do povo que posteriormente o governo transforma em programas e ações que irão beneficiar a todos.

Sintetizando os conceitos sobre políticas públicas, é concebida como um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado nas esferas federal, estadual e municipal, que proporcione o atendimento da sociedade civil que podem ser desenvolvidas com organizações não governamentais e com a iniciativa privada. Essas políticas são fundamentadas em elementos essenciais: envolvimento do governo, percepção de problemas, definição de objetivos e configuração das etapas de ação, conforme destaca Dubel (2006).

Para uma melhor compreensão das políticas públicas, vale mencionar algumas recomendações de órgãos internacionais que tiveram grandes influências para as reformas educativas nos países em desenvolvimento na América Latina na década de 1980. No Brasil, esse movimento em prol das políticas públicas ganhou destaque após o processo de redemocratização, e em especial na década de 1990, ocasião do primeiro mandato do presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Destaca-se a influência do Banco Mundial no projeto da reforma educacional do Brasil.

Rosa (1996 apud ALTEMANN, 2002) relata que as políticas e estratégias estão reforçando a má qualidade e a desigualdade no sistema escolar, e ainda destaca os elementos

pertinentes ao relatório do BIRB: prioridade sobre a educação básica, melhoria da qualidade e da eficácia da educação como eixo da reforma, prioridade sobre os aspectos financeiros; descentralização e instituições escolares autônomas; a ênfase nos aspectos administrativos e financeiros; maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares; o impulso para o setor privado e organismos não governamentais no terreno educativo; a mobilização e alocação eficaz de recursos adicionais para a educação; um enfoque setorial; a análise econômica como critério dominante na definição das estratégias.

Na implantação da reforma educativa proposta à época pelo governo brasileiro priorizava a educação, na qual as medidas propostas para educação incluíam a redução das taxas de responsabilidade do MEC como instância executora; o estabelecimento de conteúdos curriculares básicos e padrões de aprendizagens, a implantação de um sistema nacional de avaliação do desempenho das escolas para acompanhar a consecução das metas de melhorias da qualidade de ensino (CARDOSO apud ALTMANN, 2002).

O que deixa explícito é que a qualidade da educação passa ser avaliada por indicadores por meio de uma avaliação quantitativa no sentido de atingir as metas propostas pelo Plano Nacional da Educação. Conforme Cury (1996) apud Altmann (2002, p. 102) “o controle não é mais exercido na base, através de um currículo mínimo, estabelecimento de carga horária específica, etc., mas, na saída mediante avaliações”. Observou-se que a maior preocupação deu-se com o sistema do mercado e não com o saber. Assevera-se que a educação, conforme proposta pelo Banco Mundial é prestação (pública ou privada) de um serviço e não como um direito de todos à transmissão e troca de saberes, cultura e valores.

Da análise feita em relação à proposta defendida pelo Banco Mundial, denota-se uma elevada preocupação com os aspectos econômicos ou mesmo mercantilista e evidência uma visão de empresa privada, na medida em que privilegia a busca pelo menor custo, uma vez que a escola é considerada pelo Banco Mundial como uma empresa, e como tal, tem que mostrar resultados e eficiência por meio das avaliações suficientes para atingir as metas estabelecidas pelos órgãos internacionais.

Em consonância com as recomendações dessas organizações internacionais, as transformações ocasionadas pelo paradigma do neoliberalismo estão levando a educação brasileira a uma reorganização de suas políticas, buscando acompanhar o processo de desenvolvimento ocorrido nos últimos anos. Considerando a relevância da educação para as transformações sociais e educacionais de uma sociedade, faz-se uma breve contextualização das políticas públicas educacionais.

Primeira Categoria - Evolução Histórica das Políticas Públicas dos Jovens e Adultos no Brasil.

Antes de discorrer sobre as políticas públicas da educação de jovens e adultos, faz-se necessário um breve registro da história da educação no período da colonização no Brasil. Em solo brasileiro, enquanto colônia de Portugal iniciou-se uma educação como prioridade aos grupos detentores do poder econômico, deixando à margem do processo uma grande massa da população sem escolaridade, caracterizando aquele primeiro momento da história como uma sociedade de educação plenamente elitista.

Da colônia à república, embora as Constituições Federais tenham destacado a educação como direito de todos, na prática continuava a dualidade: de um lado a classe dos trabalhadores, quase a totalidade analfabeta, e na outra parte, a classe mais alta da sociedade, privilegiada no processo educacional. Com o passar do tempo, o direito a educação pública gratuita e laica teve o apoio de movimentos populares, de educadores e da massa dos trabalhadores.

O Manifesto Pioneiro da Educação Nova contribuiu para que as políticas públicas da educação destinadas às massas produtivas tomassem novos rumos. Fazendo um viés nas políticas públicas ao longo da história, observa-se a falta de uma política específica para os jovens e adultos. Constata-se que havia a necessidade de oferecer educação a todas as camadas da população, porém, somente nos anos 1940 é que se inicia a oferta de uma escolarização à camada da população excluída da escola, a Educação de Jovens e Adultos.

A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouco duradoura Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO 2001, p. 59)

Com o processo de industrialização e de aceleração do capitalismo no país nas décadas de 1940 e 1950 houve uma procura muito grande por políticas e programas para combater as altas taxas do analfabetismo e o aumento da escolaridade da população trabalhadora carente de uma educação para ingressar na força do trabalho, devido à aceleração da industrialização.

A Campanha de Educação de Adultos iniciada em 1947 como política pública destinada à população adulta foi considerada um programa de grande relevância à época porque ocasionou um aumento da escolaridade da população de jovens e adultos e reduziu a alta taxa de analfabetismo. A Campanha de Educação de Adultos foi criada pelo Departamento Nacional de Educação e tinha objetivo de alfabetizar a metade da população.

(SOUSA; LEZIANY, 2016).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se expressou em ações e programas oficiais, incluindo iniciativas estaduais e locais, a exemplo da criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942; do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambas em 1947, da Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo de 1958 (RIBEIRO apud MACEDO 2016).

Para uma melhor contextualização desta modalidade, pontua-se alguns marcos na legislação brasileira relacionados com a educação de jovens e adultos. No percurso da história da educação brasileira, as Constituições Federais anteriores, embora tenham considerada a educação como um direito de todos, não materializaram esse direito em prol da população.

Vale destacar que no governo do presidente Getúlio Vargas, a Constituição de 1937 estabeleceu direito de todos à educação e introduziu a educação profissionalizante para os jovens e adultos. Com a intenção de aumentar a base eleitoral, houve reforço dos programas da EJA, chegando a ser proposto que se alfabetizasse os adultos e idosos em 90 dias.

Nesse contexto, vale ressaltar a grande contribuição de Paulo Freire implantada nos anos 60 para alfabetizar o adulto com uma pedagogia transformadora e dialógica. “A proposta metodológica consiste na superação entre a teoria e prática: quando o homem descobre que a sua prática supõe um saber, percebe-se capaz de interferir na realidade e, assim torna-se sujeito de sua história” (MACEDO, 2016).

Vários programas foram desenvolvidos por Paulo Freire tais como: Movimento da Educação de Base (MEB); O Movimento de Cultura Popular do Recife, ambos de 1961; e os Centros Populares de Cultura da União dos Estudantes, dentre outros. A proposta pedagógica inovadora de Paulo Freire sobre a alfabetização de jovens e adultos foi um legado que serviu e ainda é utilizada em programas de alfabetização na atualidade.

Conforme Ribeiro (1997 apud PEREIRA et al., 2012, p. 5), nos anos de 1960 os programas de EJA passam a ser inspirados pelo pensamento pedagógico de Paulo Freire e empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos que realizavam um trabalho com ação política. Surge um novo paradigma onde o analfabetismo era efeito da situação econômica.

O governo militar criou através da Lei nº 5.379/1967 o Movimento Brasileiro de, o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOBRAL). O objetivo deste programa era alfabetizar os jovens e adultos atendendo os interesses dos militares e dos empresários que careciam de mão de obra escolarizada de baixo custo bem como aumentar o número de eleitores para engrossar ainda mais o poderio dos governantes. Objetivava ainda

atender as exigências dos órgãos internacionais que, após a Segunda Guerra Mundial vinham combatendo a erradicação do analfabetismo e defendendo a universalização da educação como direito de todos os cidadãos para elevar o desenvolvimento político e socioeconômico de uma nação.

Para Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), o MOBRAL foi um programa de proporções nacionais voltados a oferecer alfabetização à ampla parcela dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país. Instalaram-se comissões municipais por todo o país, responsáveis pela execução das atividades, enquanto controlava rígida e de forma centralizada a orientação, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos.

Além da legitimação interna, também visava responder as orientações emanadas de agências internacionais ligadas à Organização das Nações Unidas, que desde o final da Segunda Guerra Mundial vinham defendendo o valor do combate ao analfabetismo e da universalização de uma educação elementar comum como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e manutenção da paz. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001)

O aluno da EJA é camponês, é o trabalhador ou aquele que por uma variedade de causas não deixou de comparecer a escola. É preciso acolher esse aluno na escola com mais atenção dando-lhe aquilo que lhe foi tirado, o efetivo direito à cidadania, representado através da educação. Uma vez que no mundo de tantas mudanças a educação ao longo da vida é o caminho para a inserção social e cultural para o novo homem de uma sociedade de tantas diferenças, a educação fornece os mapas de um mundo complexo, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele. (DELORES et al., 1996, apud OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010).

Diante disso, é visível que a Educação de Jovens e Adultos ao longo da história ficou restrita aos programas e ações pontuais e, somente na legislação atual, é considerada como uma das modalidades da educação básica. Na década 1980, com as grandes mudanças ocasionadas com o novo modelo do paradigma neoliberalismo aliadas a terceira revolução industrial houve uma mudança em todo o planeta caracterizada pelo fenômeno da globalização como descreve Oliveira, Pizzio e França (2010, p. 4):

Entende-se por globalização o fenômeno da unificação dos países do mundo numa mesma agenda econômica, de certo modo imposta a estes pelo controle que um grupo limitado de países (o G-8) exerce sobre o mercado internacional. O que torna os países do G-8 fortes e os permite influenciar as decisões políticas dos demais países é o fato de que todos são muito ricos, concentram sítios produtivos de altíssima tecnologia (portanto, com produção de alto valor agregado), dominam as maiores potências bélicas do planeta e têm como instrumento para propagação de suas decisões.

No Brasil, este período culminou com o processo de redemocratização após os anos de 1980. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por grandes mudanças ocasionadas pelo sistema capitalista atual, onde é notório que o sistema econômico mundial, em consequências das crises provocadas pelo “neoliberalismo” tem sido marcado por grandes mudanças econômicas, sociais e culturais proporcionadas pelo desenvolvimento conhecido por globalização, entendida no dizer de Giddens (2004 apud TEODORO, 2011, p. 29) como o conjunto de processos que intensifica cada vez mais a interdependência e as relações sociais a nível mundial.

As reformas nos países da América Latina ocorreram impostas pelos órgãos internacionais credores dos países em desenvolvimento como foi o caso do Brasil. “As reformas educativas implantadas atualmente, na maioria dos países da América Latina, são decorrentes, portanto, do processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo mundial sob a égide dos princípios do neoliberalismo” (NETO, 2007, p. 13).

No Brasil, a implantação da política estatal neoliberal teve seu auge nos anos 90 no governo de Fernando Henrique Cardoso (MARONEZE; ZORZETTI, 2009). A reforma objetivava reverter os efeitos da crise fiscal e o fortalecimento da economia, a qual contemplava quatro aspectos: a reforma administrativa, a fiscal, da previdência social e a privatização (CARDOSO, 1994 apud VIEIRA; FARIAS 2011, p. 185).

Nestas reformas, principalmente no que tange a educação, foram tomadas como referências as recomendações sugeridas pelos órgãos internacionais e também voltadas para a promoção da educação para os mais necessitados. Essas reformas, e em especial a educacional, tiveram que atender as imposições das agências internacionais respaldadas nas questões econômicas e na diminuição de gastos públicos.

Destacam-se neste período grandes projetos de reformas: como aprovação da Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, a LDB que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Plano Nacional da Educação, a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (VIEIRA; FARIAS 2011, p. 200).

No que tange à EJA, percebe-se que as políticas foram pontuadas para atender às demandas resultantes de cada momento econômico, mas não com uma modalidade específica de ensino, e sim, para a qualificação de mão de obra, haja vista que o objetivo é o emprego de uma mão de obra de baixos custos da força de trabalho. Diante desta contextualização das políticas públicas educacionais, faz-se uma análise sobre a educação de jovens, adultos e idosos, destacando os programas atuais que contemplam esta modalidade da educação.

Segunda Categoria - A Educação de Jovens e Adultos a Lei de Base da Educação Nacional: um grande avanço para a cidadania.

Aprovada a LDB nº 9.394 de 1996, o ensino da EJA é contemplado como uma das modalidades de ensino. O art. 37, seção V, estabelece que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Complementando, o art. 38, estabelece que os sistemas de ensino mantenham cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum no currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

A lei é inovadora porque estabelece a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino, e ainda assegura a certificação do aluno com conhecimentos informais submetendo aos exames supletivos, possibilitando a continuidade dos estudos para jovens e adultos aumentando a sua autoestima, a dignidade e a cidadania.

Por sua vez, no Plano Nacional de Educação – PNE, decênio 2014-2024, (Lei nº 13.005/2014), que estabelece as metas e estratégias pra educação da EJA, observa-se que na meta nove é proposto à elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93%, e erradicação do analfabetismo funcional, porque não basta saber os códigos das letras, é preciso interpretar textos para a uma melhor compreensão do contexto em que estão inseridos. Neste sentido, o plano visa à universalização da educação básica com forma de inclusão de todos os gêneros.

Somado a isso tudo, vale ressaltar o PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, criado através do decreto nº 5.840/2006, visando integrar a educação profissional a educação básica, com o fim de qualificar os jovens e adultos para o trabalho, com formação inicial e continuada, exercendo assim o seu direito à cidadania.

O PROEJA oportuniza ao educando cursar o ensino fundamental e/ou médio conjuntamente com a educação profissional através de cursos ofertados pelas instituições de ensino municipais e estaduais, e das redes privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST). Existe ainda o PROEJA Técnico

Profissionalizando, realizado com os estudantes da EJA que estão cursando apenas o Ensino Médio, que seguem regulamentações específicas de oferta de cursos Técnicos.

Vale salientar que a resolução nº 1, de 5 de julho de 2002, estabelece as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos que devem ser observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares do ensino fundamental e médio, regulamentando todos os cursos ofertados pela EJA. Pode-se afirmar que as políticas em relação ao EJA têm sido fortalecidas pelas discussões ocorridas nos fóruns estaduais e regionais que contribuem para as mudanças ocorridas na educação em geral, e, sobretudo no processo de alfabetização, uma vez que é definida como um instrumento essencial de construção das capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura da economia e da sociedade (CONFINTEA VI, p. 7).

Diante da complexidade do mundo globalizado, a educação abre um leque de oportunidades para que a aprendizagem não se limite somente na escola. “E neste sentido, a aprendizagem como processo passa ser ao longo da vida entendida como uma mudança na perspectiva do ensino e da formação, em que a participação ativa e a orientação substituem os padrões de pensamento e orientação fechada e hierárquica de outrora” (SIMÕES; BITTNER apud OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2016, p. 17).

CONCLUSÃO

Diante das transformações ocasionadas pelo sistema neoliberal que estimula a competitividade e o individualismo, é notório que o poder econômico sobrepõe a todos os setores. Neste sentido, ao fazer uma reflexão sobre as políticas educacionais implantadas nas últimas décadas no Brasil constata-se que as propostas foram focadas no paradigma do neoliberalismo proposto pelo projeto de Banco Mundial. Dito de outro modo, o governo para alcançar as metas estabelecidas pelos órgãos competentes avalia a qualidade da educação, por meio de indicadores priorizando o valor quantitativo.

Por outro lado, no que tange a Educação de Jovens e Adultos, constata-se um grande avanço depois da mesma ser incluída como uma modalidade de ensino na LDB; uma vez, que esta oferta de ensino era ofertada por meio de programas pontuais, ficando assim muitos jovens e adultos excluídos do processo escolar.

Nota-se que nos últimos anos houve um avanço nas políticas da Educação de Jovens e Adultos, mas é preciso ainda avançar, pois no mundo de tantas diferenças marcado pelas desigualdades sociais e econômicas necessita-se de atitudes mais humanas, no sentido de

igualdade, cidadania, onde todos possam ter acesso à educação, pois uma educação progressista e humanizada contribuirá para uma formação de homens críticos, criativos reflexivos, imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e a EJA é uma porta aberta para que todos estejam incluídos com uma educação ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, 2002.

BEZERRA, L. M.; SILVA, M. N. S. Por que os professores de filosofia deveriam ensinar direito a igualdade em sala de aula. **InterEspaço**, v. 4, n. 13, jan./abr., 2018, p. 198-217. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/8863/5370>>. Acesso em: 20/07/2018.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional** disponível <<http://portal.mec.gov/seed/arquivos/pdf>> Acesso em: 28/01/2017.

_____. Lei nº 5.379/1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos**. Brasília: Congresso Nacional, 1967.

_____. Lei nº 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2014.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2002.

CONFINTEA V, **Conferência Internacional sobre a educação de adulto, declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Brasília: 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>> Acesso em: 22/05/2018.

DELORS, Jacques. **Educação, uma tesoura a descobrir**, Brasília. UNESCO/MEC. 1998.

DEUBEL, A. N. R. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cad. CEDES, vol. 21, n. 55, 2001, p. 58-77. ISSN 0101-3262. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>> Acesso em: 07/09/2018.

IBGE. **Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos**: metade está no Nordeste. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5234641/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste>> Acesso em: 08/09/2018.

LYNN, L. E. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MACÊDO, M. F. U. C. Educação de Jovens e Adultos: Políticas de Formação. **Rev. FSA**, Teresina: v. 13, n. 5, art. 7, set./out., 2016, p. 116-130.

MARONEZE, L. F.; ZORZETTI, L. A. M. **Políticas Educacionais Brasileira Pós-1990**: novas configurações a partir da política Neoliberal de estado. IX Congresso Nacional de Educação III Encontro S. Brasileiro de Psicopedagogia. PUC Paraná, 2009, p. 3280-3293.

MEAD, L. **Public policy**: vision, potential, limits. Policy Currents, [S.l.], fev., 1995, p. 1-4.

MOURA, Edite Marques de. (Des) **Encontros de Leitura**. Recife: Ed. da autora, 2010.

NETO, Antônio Cabral. **Pontos e Contrapontos da Política Educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livro, 2007.

OLIVEIRA, A; PIZZIO, A; FRANÇA, G. Políticas Públicas Educacionais e Contextualização numa perspectiva didática. **Revista Sem Fronteiras**. 2010, p. 93-99.

OLIVEIRA, D. A. **As políticas educacionais do Governo Lula**: rupturas e permanências, v. 25, n. 2, mai./ago., 2009. Artigo, p. 197-209.

PEREIRA, C.G et al. A Educação do Jovem e Adulto segundo a concepção de alfabetização freireana. **Ver. Cient. Eletr.**, n. 19, 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tveja/giro-veja/brasil-tem-115-milhoes-de-analfabetos-diz-ibge/>> Acesso em: 17/06/2012.

PETERS, B. G. **American public policy**. Chatham, N. J.: Chatham House, 1986.

SILVA, Maria Jeane Bonfim; PRADO, Edna Cristina; BRITO, Maria Betânia Gomes. **Políticas Públicas Educacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. 1º Encontro de Associação Nacional de Política e Administração em Educação, 1981.

SOUSA, Camille Cristina Witsmiszyn de; LEZIANY, Silveira Daniel. **A campanha de educação de adolescentes e adultos na década de 1950**: análise de artigos em jornal diário. XIII Congresso Nacional de Educação ISSN 2176-1396, 2016.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 18, n. 51, 2003, p. 15-20.

TEODORO, Antônio. **A Educação em Tempos de Globalização Neoliberal**: os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livro, 2011.

VIEIRA, Sofia Lercher; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil**: introdução histórica. 3 ed. Brasília: Líber Livro, 2011.